

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , **DE 2007**
(Do Sr. Luiz Bittencourt)

Requer o envio de pedido de informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia sobre as ações judiciais envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S. A. – Petrobrás, como autora ou ré, nos últimos dez anos.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às ações judiciais em que a empresa Petróleo Brasileiro S. A. – Petrobrás tenha estado presente, como autora ou ré, nos últimos dez anos, com destaque para os seguintes itens:

- número total de ações envolvendo a Petrobrás;
- número de ações já julgadas até o momento, e em que instância se deu o julgamento;
- número de julgamentos favoráveis e contrários à Petrobrás, em que instâncias ocorreram e quais os valores totais arbitrados, contra e a favor da empresa.

JUSTIFICAÇÃO

Uma das principais missões que temos, como representantes do povo brasileiro, é a de bem zelarmos pela correta gestão do patrimônio público de nosso país, pois, em última análise, é ele um bem comum de todos os nossos cidadãos e, portanto, deve ser corretamente administrado, visando ao máximo benefício de todos.

Nesse sentido, buscamos conhecer um pouco mais de perto um assunto que, costumeiramente, não recebe grande divulgação, mas que, caso não seja adequadamente analisado e fiscalizado, pode vir a causar grandes prejuízos para o país: trata-se das disputas judiciais envolvendo a Petrobrás, empresa petrolífera estatal, com mais de cinco décadas de existência e grandes feitos alcançados – entre eles, destacando-se o atingimento da auto-suficiência nacional na produção de petróleo, e o fato de, apesar de pertencer a um país em desenvolvimento, situar-se entre as maiores empresas mundiais em seu ramo de atuação.

Entretanto, é justamente por causa de tantos bons resultados alcançados que a empresa tornou-se alvo de inúmeras disputas judiciais; talvez, em muitos casos, sejam lides propostas de boa fé, mas, em outras tantas, podem ser apenas ações movidas por quem queira aproveitar-se dos lucros auferidos à custa de enorme esforço de gerações de profissionais dedicados, a fim de obter lucros fáceis e nem sempre merecidos, apenas pela manipulação pouco escrupulosa dos inúmeros desvãos e artimanhas existentes no tão complicado arcabouço legal de nosso país.

Por essa razão, julgamos pertinente conhecer, com ampla gama de detalhes, a situação das ações judiciais em que esteja a Petrobrás envolvida, como autora ou como ré, a fim de, exercendo nosso direito constitucional de fiscalizar as ações do Poder Executivo, verificar se a empresa tem sido adequadamente representada em suas lides judiciais, de maneira a defender e preservar a correta gestão do patrimônio público ou, caso assim não seja, quais as medidas necessárias para que isso ocorra.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado LUIZ BITTENCOURT